GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 573/71A - Reautuado em 23-11-93
INTERESSADA : Faculdade de Direito de Franca
ASSUNTO : Alteração Regimental
RELATOR : Cons. João Cardoso Palma Filho
PARECER CEE Nº : 212/94 CETG APROVADO EM 27-04-94

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A direção da Faculdade de Direito de Franca submete a apreciação deste Conselho as alterações em alguns artigos e nos Anexos de seu Regimento, aprovadas pela Congregação, em reunião realizada aos 08-09-93, conforme ata anexada aos autos.

O processo foi baixado em Diligência atendida pela instituição, que apresentou seu texto regimental reformulado de acordo com a orientação recebida.

1.2 APRECIÇÃO

O regimento em vigor da Faculdade de Direito de Franca foi aprovado pelo Parecer CEE nº 2.119/81 e alterado pelos Pareceres CEE nºs 1.948/83, 2.196/84, 93/86, 1.884/87, 1.180/89 e 479/93.

São as seguintes as alterações propostas:

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

REDAÇÃO ATUAL

Artigo 7º - Os serviços administrativos de apoio ou auxiliares serão exercidos pelos seguintes órgãos:

- I - Secretaria;
- II - Tesouraria;
- III - Contadoria;
- IV - Almoxarifado;
- V - Biblioteca;
- VI - Zeladoria.

Artigo 12 - O Diretor será nomeado pelo Prefeito Municipal de Franca, dentre os nomes constantes de uma lista tríplice de professores em efetivo exercício na Faculdade, escolhidos mediante escrutínio e apresentada pela Congregação.

Parágrafo único - Nas eleições para a escolha do Diretor, havendo empate, considerar-se-á eleito o professor mais antigo no exercício do magistério na Faculdade e, entre os da mesma antiguidade, o mais idoso.

REDAÇÃO PROPOSTA

Artigo 7º - Os serviços administrativos de apoio ou auxiliares serão exercidos pelos seguintes órgãos:

- I - Secretaria;
- II - Tesouraria;
- III - Contadoria;
- IV - Departamento Jurídico;
- V - Almoxarifado;
- VI - Biblioteca;
- VII - Zeladoria;

Artigo 12 - O Diretor será nomeado pelo Prefeito Municipal de Franca, dentre os nomes constantes de uma lista tríplice de professores em efetivo exercício na Faculdade pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos, escolhidos mediante escrutínio e apresentada à Congregação.

§ 1º - Nas eleições para a escolha do Diretor, havendo empate, considerar-se-á eleito o professor mais antigo no exercício do magistério na Faculdade e, entre os da mesma antiguidade, o mais idoso.

§ 2º - O exercício das funções de Diretor pelo Vice-Diretor, não o torna inelegível desde que não tenha exercido o cargo por mais de 2 (dois) anos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

Artigo 18 - A Congregação, órgão superior deliberativo em matéria didático-científica e disciplinar da Faculdade, é constituída:

- I - pelo Diretor;
- II - pelo Vice-Diretor;
- III - pelos Professores I, II e III;
- IV - pelos Chefes de Departamento;
- V - por 2 (dois) representantes do corpo-discente indicados pelo Diretório Acadêmico;
- VI - por 2 (dois) representantes da comunidade indicados pela Associação Comércio e Indústria e pelo Sindicato Rural.

Parágrafo único - Os membros referidos nos itens IV, V e VI terão mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução.

Artigo 18 - A Congregação, órgão superior deliberativo em matéria didático-científica e disciplinar da Faculdade, é constituída:

- I - pelo Diretor;
- II - pelo Vice-Diretor;
- III - pelos Professores;
- IV - por representantes do corpo-discente indicados pelo Diretorio Acadêmico, na proporção de até 1/5 do total dos membros que integram a Congregação;
- V - por 2 (dois) representantes da comunidade indicados pela Associação Comércio e Indústria e pelo Sindicato Rural.

Parágrafo único
(suprimido)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71

PARECER CEE Nº 212/94

TEXTO EM VIGOR

TEXTO PROPOSTO

Artigo 19 - São atribuições da Congregação.

Artigo 19 - São atribuições da Congregação.

V - Aprovar o Regimento do Diretório Acadêmico, observadas as disposições legais específicas.

V - SUPRIMIDO

IX - Referendar o projeto de orçamento da Faculdade, ouvido o Conselho Departamental.

IX - discutir e aprovar o projeto de orçamento da Faculdade, ouvido o Conselho Departamental;

XI - Homologar a indicação de professores proposta pelo Diretor ouvido o Conselho Departamental;

XI - estabelecer critérios de seleção de candidatos à docência, bem como homologar a aprovação de professor para ser indicado ao Conselho Estadual de Educação para fins de contratação, ouvido o Conselho Departamental;

XVI - Fiscalizar e aprovar as contas do Diretório Acadêmico;

XVI - SUPRIMIDO

Artigo 20 - A Congregação reunir-se-á:

Artigo 20 - A Congregação reunir-se-á:

II -

II -

c) para conhecer e homologar o orçamento da Faculdade;

c) para discutir e aprovar o orçamento da Faculdade;

d) para a votação de lista sêxtupla para a indicação de Diretor e de Vice-Diretor;

d) para votação de lista tríplice para a indicação de Diretor e de Vice-Diretor;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

III -

a) por vacância do cargo de Diretor ou de Vice-Diretor.

Artigo 23 -

Parágrafo único - Caberá ao Presidente dirigir e fiscalizar os trabalhos,...

Artigo 26 -

III - pelos representantes do corpo discente indicados pelo Diretório Acadêmico, na proporção de até um quinto dos membros que compõem o Conselho Departamental.

Artigo 28 -

XXV - designar os professores

qu

e acompanharão as eleições do Diretório Acadêmico

Artigo 43 - O representante discente e seu suplente no Departamento serão eleitos dentre todos os alunos da Faculdade, regularmente matriculados e que não sejam repetentes de série ou disciplina, na forma que dispuserem as normas legais que regem o assunto.

III -

a) para deliberar sobre a vacância do cargo de Diretor ou de Vice-Diretor.

Artigo 23 -

Parágrafo único - Caberá ao Diretor dirigir e fiscalizar os trabalhos.

Artigo 26 -

III - por um representante do corpo discente com mandato de um ano, vedada a recondução - indicado pelo Diretório Acadêmico.

Artigo 28 -

XXV - SUPRIMIDO

Artigo 43 - SUPRIMIDO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

Artigo 64 - São órgãos auxiliares da administração subordinados diretamente ao Diretor da Faculdade:

- I - Secretaria
- II - Tesouraria;
- III - Contadoria;
- IV - Almoxarifado;
- V - Biblioteca;
- VI - Zeladoria.

Artigo 87 - O Curso de Pós-Graduação aberto à matrícula dos portadores de diploma de curso de graduação em Direito, destina-se a desenvolver e aprofundar a formação jurídica adquirida.

Artigo 91 -

Parágrafo único - Na duração mínima de que trata este artigo, não está incluída a carga horária das disciplinas "Estudo de Problemas Brasileiros" e "Educação Física".

Artigo 64 - São órgãos auxiliares da administração subordinados diretamente ao Diretor da Faculdade:

- I - Secretaria;
- II - Tesouraria;
- III - Contadoria;
- IV - Departamento Jurídico;
- V - Almoxarifado;
- VI - Biblioteca;
- VII - Zeladoria.

Artigo 87 - idem

Parágrafo único - A Faculdade fica autorizada a contratar, por prazo determinado, professores com titulação de "doutor" ou de "mestre" para ministrarem aulas em cursos de pós-graduação e especialização.

Artigo 91 -

Parágrafo único - Na duração mínima de que trata este artigo não está incluída a carga horária da disciplina "Educação Física".

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

Artigo 96 - O curso de graduação será ministrado no período noturno.

Artigo 96 - O curso de graduação será ministrado nos períodos diurno e noturno.

Artigo 109 - O escritório será dirigido por um professor da Faculdade, indicado pelo Diretor e aprovado pela Congregação.

Artigo 109 - O escritório será dirigido por um professor da Faculdade, indicado pelo Diretor e aprovado pela Congregação, e por um advogado habilitado, com pelo menos três anos de experiência profissional, devidamente comprovada, admitido através de concurso público, de acordo com a legislação vigente.

Artigo 165 - Será concedida a revisão de prova bimestral e de exame final, desde que requerida no prazo de cinco dias, a contar da data de sua realização.

Artigo 165 - Será concedida a revisão de prova bimestral desde que requerida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de sua publicação pela Secretaria.

Artigo 166 - Os professores deverão entregar à Secretaria as provas com as respectivas notas, dentro do prazo de cinco dias, contados da data de sua realização, sob pena de retenção do pagamento de seu vencimento até o adimplemento da obrigação.

Artigo 166 - Os professores deverão entregar à Secretaria as provas com as respectivas notas, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua última realização.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

Artigo 171 - Ficarão sujeitos a exames em 2ª época o aluno que, tendo logrado frequência igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento), obtiver média final de aproveitamento igual ou superior a 3 (três).

Artigo 171 - Ficarão sujeitos a exames em 2ª época o aluno que, tendo logrado frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), obtiver média final de aproveitamento igual ou superior a 3 (três).

Artigo 182 - Quando, por circunstâncias relevantes, a indicação de candidato à docência não for aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, a Faculdade poderá admiti-lo a título experimental, de acordo com a lei, até liberação do Conselho

Artigo 182 - EXCLUÍDO

Artigo 184 - O professor de qualquer categoria docente não poderá ministrar aulas de mais de três disciplinas na Faculdade, nem a mesma disciplina em mais de três estabelecimentos, independentemente do grau ou sistema a que pertençam.

Artigo 184 - O professor de qualquer categoria docente não poderá ministrar aulas em mais de três disciplinas na Faculdade.

Artigo 193 - São direitos do professor:

Artigo 193 - São direitos do professor:

VII - solicitar afastamento pelo período de um ano, passível a prorrogação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

Artigo 195 - É vedado ao professor:

I - aplicar penalidade aos alunos além da admoestação verbal e exclusão das aulas;

Artigo 195 - É vedado ao professor:

I - aplicar penalidade aos alunos, exceto admoestação verbal e exclusão da aula;

Artigo 199

§ 1º - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão Colegiado acadêmico.

Artigo 199

§ 1º - EXCLUÍDO

§ 3º - Os representantes estudantis terão suas designações efetivadas se preencherem os seguintes requisitos:

- a- ser aluno regularmente matriculado;
- b- estar cursando, pelo menos (três) disciplinas no período letivo;

§ 3º - EXCLUÍDO

§ 4º - O não-preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados no parágrafo anterior, em qualquer tempo, implicará a perda do mandato.

§ 4º - EXCLUÍDO

Artigo 201 - Os alunos regulares da Faculdade constituirão, nos termos da legislação vigente, um Diretório Acadêmico.

Artigo 201 - Os alunos da Faculdade terão como entidade representativa um Diretório Acadêmico.

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

§ 1º A aprovação do regimento do Diretório Acadêmico é da competência da Congregação da Faculdade.

§ 2º - Caberá ao Diretório Acadêmico indicar a representação estudantil junto aos órgãos colegiados da Faculdade, nos termos do artigo 199 e seus parágrafos deste Regimento

§ 3º - O Diretório Acadêmico será mantido por contribuições de seus associados e por doações a ele destinadas através da Faculdade.

Artigo 202 - A forma de escolha da diretoria do Diretório Acadêmico será:

- a) Edital de convocação, com prazo de 10 (dez) dias;
- b) por eleição direta e voto secreto, até 72 horas antes das eleições;
- c) por maioria simples.

§ 1º - O mandato da diretoria será de um ano;

§ 2º - A eleição obedecerá ao seguinte processo:

- a) Edital de convocação, com prazo de 10 (dez) dias;
- b) registro prévio dos candidatos, até 72 horas antes das eleições;
- c) realização dentro do recinto da Faculdade;
- d) identificação do estudante;
- e) garantia do sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;

§ 1º - EXCLUÍDO

§ 2º - Caberá ao Diretório Acadêmico indicar a representação estudantil junto aos órgãos colegiados da Faculdade, nos termos do artigo 194 e seus parágrafos deste Regimento.

§ 3º - EXCLUÍDO

Artigo 202 - EXCLUÍDO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE N° 573/71A

PARECER CEE N° 212/94

f) apuração imediata, após o término da votação.

§ 3° - O acompanhamento de todo o processo eleitoral caberá a uma comissão constituída de docentes, designada pelo Diretor, e estudantes da Faculdade.

Artigo 203 - Ao Diretório Acadêmico é vedada a participação ou representação em entidades alheias à própria Faculdade.

Artigo 203 - EXCLUÍDO

§ 1° - A participação ou representação do Diretório Acadêmico em qualquer entidade alheia à Faculdade acarretará na destituição de sua Diretoria;

§ 2° Os membros do Diretório Acadêmico distribuídos em função do parágrafo anterior, não poderão concorrer a nova eleição, ficando inabilitados por 2 (dois) anos.

Artigo 204 - No caso de infringência do artigo anterior caberá ao Diretor da Faculdade destituir a Diretoria do Diretório Acadêmico e promover eleições para nova Diretoria, dentro de 60 (sessenta) dias. Parágrafo único - Até a posse da nova Diretoria ficará suspenso o funcionamento do Diretório Acadêmico.

Artigo 204 - EXCLUÍDO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

Artigo 205 - Caberá ao Diretório Acadêmico fixar o valor da contribuição devida pelos respectivos estudantes.

§ 1º - O Diretório Acadêmico prestará contas à Congregação de sua gestão financeira mediante apresentação de balanço devidamente acompanhado de documentação pertinente.

§ 2º Cabe ao Diretor, mediante prévia audiência da Congregação, determinar medidas para apurar irregularidades do Diretório Acadêmico, inclusive aplicação das sanções cabíveis.

Artigo 206 - Os candidatos aos cargos do Diretório Acadêmico somente terão seus registros deferidos se preencherem os seguintes requisitos:

- a) ser aluno regularmente matriculado;
- b) estar cursando, pelo menos, três disciplinas do período letivo.

Artigo 227 - As contribuições serão fixadas pelos órgãos competentes, atendendo determinação do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação.

Artigo 205 - EXCLUÍDO

Artigo 206 - EXCLUÍDO

Artigo 227 - EXCLUÍDO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

Artigo 235 - Ao pessoal docente da Faculdade, admitido mediante contrato de trabalho, aplica-se exclusivamente a legislação trabalhista, observadas as seguintes condições especiais.

Artigo 235 - Ao pessoal docente da Faculdade, admitido mediante contrato de trabalho, aplica-se exclusivamente a legislação trabalhista, observadas as seguintes condições especiais.

III - O professor afastado de que trata o inciso VII do artigo 188 terá sua reintegração condicionada aos interesses didático-pedagógicos do curso, sendo-lhe facultado interpor recurso à Congregação no prazo de 10 (dez) dias, contando-se o prazo do indeferimento de seu pedido.

Artigo 237 - Enquanto não houver Professor I e Professor III integrando o Corpo Docente da Faculdade, a constituição da Congregação a que se refere o artigo 18 deste regimento será a seguinte:
I - pelo Diretor

Artigo 237 - O mandato da atual Diretoria da Faculdade, iniciado no dia 19 de janeiro de 1993, coincidirá com o mandato do Prefeito Municipal e dos Vereadores, conforme dispõe o artigo 215 da Lei Orgânica do Município.

II - pelo Vice-Diretor;

III - pelos Professores I;

IV - pelos Chefes de Departamentos

V - por um representante do corpo discente indicado pelo Diretório Acadêmico;

VI - por dois representantes da comunidade, indicados pela Associação Comércio e Indústria e pelo Sindicato Rural.

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

ANEXO I - REGULAMENTAÇÃO

DO CONCURSO VESTIBULAR

TEXTO EM VIGOR

TEXTO PROPOSTO

Artigo 4º
b) o número de vagas

Artigo 4º
b) o número de vagas por turno;

Artigo 7º - Para a inscrição, os candidatos deverão apresentar a seguinte documentação:

Artigo 7º - Para a inscrição, os candidatos deverão apresentar a seguinte documentação:
Parágrafo único - Por ocasião da inscrição, o candidato optará em 1º (primeira) e 2ª (segunda) opção pelo turno que pretende cursar.

Artigo 22

Artigo 22 - Idem

Parágrafo único - Haverá uma única lista de classificação para os períodos diurno e noturno de acordo com a opção do aluno.

Artigo 28 - Será de 150 (cento e cinquenta) o número de vagas oferecidas para o 1º ano do Curso de Direito.

Artigo 28 - Serão 225 (duzentas e vinte e cinco) as vagas oferecidas para o 1º ano do Curso de Direito, sendo 75 (setenta e cinco) vagas para o curso diurno e 150 (cento e cinquenta) vagas para o curso noturno. Parágrafo único - Havendo vagas para serem preenchidas em um dos turnos, poderão ser matriculados, desde que requeiram, obedecendo à ordem de classificação, os candidatos do outro turno

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

ANEXO II

DAS VAGAS

Artigo 1º - O curso de graduação em Direito terá 150 (cento e cinquenta) vagas oferecidas à matrícula da 1ª série aos classificados em Concurso Vestibular.

Artigo 1º - O curso de graduação em Direito terá 225 (duzentas e vinte e cinco) vagas oferecidas à matrícula da 1ª série aos classificados em concurso vestibular, sendo 75 (setenta e cinco) vagas para o período diurno e 150 (cento e cinquenta) para o período noturno.

Parágrafo único - O curso referido no caput deste artigo será ministrado no período noturno, em regime anual e com matrícula por série, não ultrapassando o seu total o limite de vagas fixado.

Parágrafo único - EXCLUÍDO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

ANEXO III - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO

As alterações pretendidas são as seguintes:

a) Disciplinas introduzidas

- Direito Romano - na 1ª série - 60 h/a
- Teoria Geral do Processo - 1ª série - 60 h/a
- Teoria Geral do Estado - 1ª série - 60 h/a
- Direito Internacional Público - 5ª série - 60 h/a

b) Disciplinas remanejadas, sem alteração da c/h:

- Direito Constitucional - da 1ª para a 2ª série
- Direito Administrativo - da 2ª para a 4ª série

c) Disciplinas Excluídas

- Ciências das Finanças e Direito Financeiro - da 4ª série - 60 h/a
- Estudo de Problemas Brasileiros - da 1ª série - 60 h/a

d) Disciplinas que tiveram suas nomenclaturas mudadas

- Direito Tributário por Direito Tributário e Financeiro

Dentre as alterações propostas, as que visam à adequação do texto regimental à legislação vigente referem-se à representação discente junto aos órgãos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

colegiados acadêmicos (artigo 26 - Lei nº 7.395/85), à frequência obrigatória mínima de 75% para o exame de 2ª época (artigo 171 - Deliberação CEE nº 17/86) e à supressão dos artigos nºs 202 a 206, que restringiam a atuação do Diretório Acadêmico.

Outras, como: mudança da lista sêxtupla para a tríplice na indicação do Diretor e do Vice-Diretor (artigo 20), contratação de professores para os cursos de pós-graduação e de especialização (artigo 87), prazo para a entrega das notas (artigo 166), etc, tratam de matéria de exclusiva competência interna, dependendo unicamente de regulamentação regimental, ou foram efetuadas tendo em vista a ampliação das vagas e turnos (Parecer CEE nº 479/93 - fls 936) para o Curso de Direito (Anexo III - Das Vagas).

As alterações sugeridas pela Assistência Técnica (fls 969), e acatadas pela Escola, dizem respeito:

a) ao Concurso Vestibular - foram suprimidos os artigos nºs 117, 121, 122 (§ 3º) e 123, que tratavam de assunto específico do Anexo I - Regulamentação de Concurso Vestibular - e foram apresentados outros (nova redação - artigos 120 e 121) traçando diretrizes gerais sobre o tema;

b) a Carreira Docente - que foi atualizada de acordo com a Deliberação CEE nº 05/90, que regula a indicação e aprovação de docentes para o magistério nos estabelecimentos isolados de ensino superior municipal (artigo nº 176);

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

c) aos artigos n^{os}: 26, 37, 72, 87, 99, 117, 142, 144, 148, 155, 166, 173, 210 e 237, que foram refeitos por apresentarem imperfeições ou erros.

Quanto à estrutura curricular (Anexo III) proposta (fls 1040), obedece à Resolução CFE nº 03 de 25-02-72, que fixa os mínimos de conteúdo e duração para o Curso de Direito, apresentando uma carga total de 3.120 h/a (acréscimo de 120 h/a), integralizada em um mínimo de 5 (cinco) anos letivos.

As alterações no Anexo IV - Composição Departamental - decorrem da exclusão e/ou inclusão de algumas disciplinas no novo currículo (fls 1.042).

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, somos de parecer favorável às alterações regimentais propostas pela direção da Faculdade de Direito de Franca, autorizando se sua vigência a partir de 1994.

São Paulo, 07 de março de 1994.

a) Cons. João Cardoso Palma Filho
Relator

PROCESSO CEE Nº 573/71A

PARECER CEE Nº 212/94

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Roberto Moreira, João Cardoso Palma Filho, Nicolau Tortamano, Raphaela Carrozzo Scardua e Mário Ney Ribeiro Daher.

Sala das Sessões, aos 09 de março de 1994.

a) Cons. Nicolau Tortamano
Vice-Presidente no exercício da
Presidência - CETG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 27 de abril de 1994.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente